### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO CEARÊNSE DE ENSINO E CULTURA - ASCEC

Aos onze dias do mes de março de dois mil e oito (11703/2008), as to horas em sua sede social, localizada na Rua Caetano Ximenez Aragão, nº 110, 1516 20 MUSIC Cavalcante, em Fortaleza, Estado do Ceará, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada, os associados da Associação Cearense de Ensino e Cultura - ASCEC, para a apreciação da seguinte ordem do dia: i) eleição da nova Diretoria 2) eleição do Conselho Fiscal e 3) assuntos diversos. Abrindo a reunião, o Sr. Presidente explicou aos presentes que a finalidade principal da reunião era a eleição da nova Diretoria da entidade, uma vez que os atuais mandatos se encerravam nesta data. Por proposta do Sr. José Augusto Nasr, aprovada por unanimidade, decidiram os presentes que a eleição seria feita por aclamação. Após alguns debates e trocas de idéias, optou-se pela reeleição da Diretoria para um mandato de 4 (quatro) anos, a contar desta data. Apontou-se o seguinte resultado: para Presidente, Sr. José Augusto Nasr, brasileiro, casado, professor, portador da cédula de identidade RG nº 3.580.766-0/SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 381.260.368-34. com endereço à Av. Paulista, nº 900, 1º andar, CEP 01310-100, São Paulo/SP; para Diretora Secretária Sra. Emiliane Kubo de Arruda, brasileira, casada, professora, portadora da cedula de identidade RG nº 11.975.738-2/SSP/SP, inscrita no CPF/M? sob o nº 086.318.348-40, residente e domiciliada à Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, nº 4.573, apto. 18A, CEP 04325-001, São Paulo/SP e para Diretor Tesoureiro, Sr. Jorge Brihy, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 2.412.760/SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 108.109.868-68, com endereco à Av. Paulista, nº 900, 1º andar, CEP 01310-100, São Paulo/SP, Logo apos, o Sr. Presidente passou para o segundo item da pauta, ou seja, a eleição para a composição do Conselho Fiscal. Propôs aos associados que a eleição fosse feita também por aclamação. Após alguns debates e trocas de ideias, foi a proposta, aprovada por unanimidade, realizando-se a elejção do Conselho Fiscal, para um mandato de 2 (dois) anos, a contar desta data, a qual apontou o seguinte resultado: Maria Luiza de Andrade Guimarães, brasileira, solteira, professora, portadora da cédula de identidade RG nº 5.509.820/SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 950.833.678-15, residente e domiciliada à Alameda Ribeirão Preto, nº 438, apto. 1.301, CEP 01331-000, São Paulo/SP; Johnne Silva Gomes, brasileiro, easado, professor e pedagogo, portador da cédula de identidade RG nº 8.036.340/SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 856.612.798-68, residente e domiciliado à Rua Oscar Nelson, nº 139, São Paulo/SP; e Marcus Vinicius Mathias, brasileiro, solteiro, professor, portador da cédula de identidade RG n° 6.932.790/SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n° 937.582.198-68, residente e domiciliado à Rua São Carlos do Pinhal, nº 608, apto, 24, São Paulo/SP, A seguir, a Presidência deu posse aos eleitos. Na sequência, ficou livre a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se pronunciou, foi encerrada a reunião, da qual, para constar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, segue assinada por todos os participantes. Fortaleza, onze de março de dois mil e oito (11/03/2008).



MCROFILLE NEW CONMINGRADE. MARKET AND CONMINGRADE. MAR

# LISTA DE PRESENÇA A ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÂRIA REALIZADA PELA ASSOCIAÇÃO CEARENSE DE ENSINO E CULTURA - ASCEC EM 11/03/2008

José Augusto Nasr, brasileiro, casado, professor, portador da cedula de identidade RG nº 3,580,766-0/SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 381,260,368-34, com endereço à Av. Paulista, 900, 1º andar, CEP 01310-100, São Paulo/SP.

Presidente

Emiliane Kubo de Arruda, brasileira, casada, professora, portadora da cédula de identidade RG nº 11.975.738-2/SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 086.318.348-40, residente e domiciliada à Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 4.573, apto. 18A, CEP 04325-001, São Paulo/SP.

Diretora Secretária

Jorge Brihy, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 2.412.760/SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 108.109.868-68, com endereço à Av. Paulista, 900, 1º andar, CEP 01310-100, São Paulo/SP

100, São Paulo/SP. Diretor Tesouretro CARTÓRIO MÓRAIS CORREIA 4º OFÍCIO Rua Major Facundo, 676 Apresentado h rotocolado e registrado en ESCREVENT CUSTAN CONTROL PURENTIAL - RE C. microfilme sob 5/62 JUSTICA TRIBUNAL PROVIMEN Emolumento FERMOJU FERC Nº Selo Via(s) DH 160309

AUTENTRIAÇÃO ....

## MICROFILME Nº 28633

# ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO CEARENSE DE ENSINO E CULTURA SASCEC

### CAPITULOI

Da Denominação, Finalidade e Foro

- Art 1º A Associação Cearense de Ensino e Cultura ASCEC, criada aos dez dias do mês de março de dois mil (10/03/2000), na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, é uma Associação sem fins lucrativos, de caráter educativo, técnico e cultural, que tem por finalidade o desenvolvimento de atividades relacionadas ao ensino em seus vários graus, principalmente o Ensino Superior, respeitados os principios da moral cristã e da consciência democrática do povo brasileiro.
- Art. 2º Obedecida a legislação em vigor, a Associação poderá, dentro de suas possibilidades, criar e desenvolver qualquer obra ou atividade que se enquadre em suas finalidades sociais, em qualquer cidade do Brasil.
- Art. 3º A Associação Cearense de Ensino e Cultura ASCEC, tem foro na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, estando sua sede localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 2.101, Centro, CEP 60025-060, em Fortaleza/CE

#### CAPITULO II

Dos Associados, Organização e Administração

- Art. 4º São associados fundadores os que compareceram à Assembleia Geral Extraordinária de criação da Associação, conforme consta da relação nominal da ata de aprovação deste Estatuto, e terão o título de associados fundadores. São também associados os que forem admitidos por aprovação unânime dos associados fundadores, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada.
- § 1º Os associados fundadores receberão títulos que os identifiquem. Tais títulos não têm valor pecuniário e são inegociáveis, sendo transferíveis unicamente por direito hereditário, a critério do portador, obedecido o que dispõe o Código Civil Brasileiro.
- § 2º Os associados não respondem, individual, coletiva ou subsidiariamente pelas obrigações da Associação.
- § 3º A Associação será composta de número ilimitado de associados sem distinção de raça, credo religioso ou convicção filosófica e política, que tiverem aprovadas suas propostas de admissão.
  - Art. 5º A Associação é administrada pela Assembléia Geral e pela Diretona
  - Art. 6º A Assembleia Geral reune-se
  - i em caráter ordinário, no mês de outubro de cada ano;
- II em caráter extraordinário, sempre que o Presidente da Associação julgar conveniente;
  - III por solicitação escrita da maioria dos membros da Diretoria e por convocação;

· M\_

e mi

OU

Assessed to Contrarge the Engine of Cultura - ASCET

## MICROFILME Nº. 2863

IV - por convocação, também por escrito, da maioria dos associados fundadores

Art. 7º A Assembléia Geral é constituida:

- I pela Diretona, e
- II pelos demais associados.

Parágrafo único. Os associados beneméritos não participam da Assembléia Geral e não têm direito a voto.

Art. 8º A Assembléia Geral funciona com a presença de, no mínimo, dois terços dos associados e delibera por maioria simples de votos dos presentes, sem prejuízo do disposto no Parágrafo único do art. 9º

Parágrafo único. As convocações de que trata o art. 6º são feitas pelos trâmites legais e obrigatoriamente através de ofício.

- Art 9º Compete a Assembleia Geral:
- I eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II admitir associados e manifestar-se sobre os pedidos de demissão voluntária;
- III demitir associados e destituir Diretores, por motivo de falta grave que traga danos materiais e morais à Associação, após inquérito feito por comissão de associados, ficando assegurada ampla defesa ao acusado;
- IV examinar e aprovar o balanço do último exercício encerrado e apreciar e aprovar o programa de ação apresentado pela Diretoria para o ano entrante;
  - V alterar o presente Estatuto por proposta da Diretoria.
- VI conferir título de associado benemérito à pessoa física ou jurídica que tenha prestado serviços relevantes à Associação; e
- VII criar cargos executivos de direção ou outra natureza nos estabelecimentos de ensino, fixar-lhes horários, vencimentos e preenchê-los, de preferência, com associados habilitados.

Parágrafo único. Nos casos a que se referem os incisos III e V deste artigo, exigir-se-á o voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia, especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 10. As Atas da Assembléia Geral, aprovadas no final de cada reunião, serão assinadas pelos membros da Diretoria e associados presentes.

1

Spresentes

\* p

Associação Cearense de Ensino e Cultura - ASCEO

### CARTORIO MORAIS CORBELL

MICROFILME Nº.

Art. 11. A composição e as atribuições da Diretona da Associação são as · RAMICA seguintes:

- I é composta de Presidente, Diretor Secretário e Diretor Tesoureiro, eleitos pela Assembléia Geral, entre os associados, com mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reeleitos;
- II reune-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente:
- III funciona legalmente, com a presença mínima de metade mais um de seus membros e delibera por maioria simples de votos dos presentes;
  - IV cumpre e faz cumprir este Estatuto;
  - V resolve os casos omissos do Estatuto; e
- VI elabora o regimento das Escolas Superiores e das demais unidades de ensino, obedecendo às normas legais vigentes.
- Art. 12. A Diretoria escolherá e o Presidente nomeará os Supervisores. Diretores Gerais, Diretores e Vice-Diretores de Faculdades e de Coordenadores dos diversos cursos mantidos pela Associação, sob a regência da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
- Art 13 Para alienar, hipotecar ou onerar bens imóveis da Associação, a Diretoria necessita de parecer favorável da Assembléia Geral
  - Art. 14. Compete ao Presidente:
- I convocar e presidir as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, bem como as reuniões da Diretoria e outras reuniões.
- II representar a Associação, seja ativa, passiva, judicial ou extrajudicialmente, nas suas relações com terceiros,
- III nomear os Supervisores, Diretores, Vice-Diretores e Coordenadores de Cursos para os estabelecimentos de Ensino Superior, nos termos da Lei;
- IV admitir, licenciar e dispensar os Supervisores, Diretores, Vice-Diretores, pessoal administrativo e pessoal docente nas Escolas mantidas pela Associação, de acordo com a indicação feita na forma deste Estatuto;
  - V constituir advogados e mandatários;
  - VI representar a Associação junto aos poderes públicos:
  - VII gerir a administração ordinária;
  - VIII endossar e emitir cheques ou ordens de pagamento;

IX - emitir e aceitar títulos cambiais e assinar contratos de financiamentos e r geral, após aprovação da Assembléia Geral. Associação Cearense de Ensino e Cultura - ASCEC

### CARTORIO MORAIS CORREIA MICROFILME Nº. 2863-

X - exercer o voto de desempate, quando necessário

Parágrafo único. Em caso de vacância do cargo de Presidente an decorridos os quatro anos de mandato, será escolhido novo Presidente, na forma deste Estatuto, para completar o periodo

- Art. 15. Compete ao Diretor Secretário.
- I auxiliar o Presidente e os demais diretores nos exercícios de suas funções,
- II exercer as funções habituais do cargo de Secretário;
- III manter em ordem os arquivos e cuidar dos registros da Associação junto aos órgãos competentes da administração pública federal, estadual e municipal;
  - IV manter correspondência com outras entidades de ensino;
- V secretariar as reuniões da Assembléia Geral e da Diretoria, lavrando as respectivas atas, e
  - VI representar o Presidente em suas faltas e impedimentos.
  - Art. 16. Compete ao Diretor Tesoureiro.
- 1 exercer as funções habituais do cargo, zelando pelo equilibrio financeiro da Associação,
- II aplicar os haveres da Associação, de acordo com as instruções do Presidente e da Assembléia Geral,
- III fiscalizar e dar parecer sobre a emissão ou aceite de títulos cambiais para assinatura do Presidente em contratos de financiamento em geral, após aprovação da Assembléia Geral; e
  - IV representar o Diretor Secretário em suas faltas e impedimentos.
- Art. 17. A Associação terá um Conselho Fiscal composto de três membros, sein direito a voto, a serem eleitos em Assembléia Geral, para um mandato de dois anos permitida a reeleição por igual período.

Parágrafo único. Ao Conselho Fiscal, quando convocado, caberá emitir parece sobre as demonstrações financeiras elaboradas pela Associação em cada exercício social, conforme determina a legislação vigente, que serão submetidos à consideração da Assembléia Gerai

> CAPITULO III Do Patrimônio

Art. 18. O patrimônio da Associação será formado:

I - por contribuição de seus associados;

## CARTORIO MORAIS CORREIA MICROFILME Nº. 2863-

II - por donativos ou legados;

III - por rendas provenientes de seus bens e serviços;

IV - por subvenção dos poderes públicos federal, estadual e municipal;

V - por bens imóveis, móveis e semoventes que possua ou venha a possuir; e

VI - por contribuição de seus cooperados ou benfeitores.

#### CAPITULOIV

Dos Direitos e Obrigações dos Associados

Art. 19. São direitos dos associados:

I – votar e ser votado para cargos administrativos, eletivos e de confiança;

II - participar da Assembléia Geral e das Assembléias Extraordinárias:

III – exercer função que lhe tenha sido legitimamente conferida nos casos e pela forma prevista em Lei ou no Estatuto.

Art. 20. São deveres dos associados:

I - acatarem os atos e resoluções da Assembléia Geral e da Diretoria.

II - cumprirem e zelarem por este Estatuto;

III – cooperarem e colaborarem para o sucesso das iniciativas e realizações da Associação Cearense de Ensino e Cultura – ASCEC

IV – comparecerem às Assembléias Gerais e Extraordinárias;

 V – Comprometerem-se como associados, no fiel cumprimento da legislação brasileira e dentro dos princípios morais e dos bons costumes.

#### CAPITULO V

Das Disposições Gerais

- Art. 21. Os membros da Assembléia Geral, da Diretoria, do Conselho Fiscal e os associados em geral não respondem subsidiariamente pelas obrigações da Associação.
- Art. 22. É vedada a remuneração da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como a distribuição de lucros e bonificações pelas funções exercidas diretamente na Associação.
- Art 23. A Associação não distribui dividendos de especie alguma, nem qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado, e aplica, integralmente, no País, os seus recursos, na manutenção dos seus objetivos institucionais, empregando o superávit eventualmente verificado em seus exercícios financeiros no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

Associação Ceaterise de Ensino e Cultura - ASCEC

/

RADEMAR

## MICROFILME Nº. 2863

Art. 24. A Associação é de duração por tempo indeterminado, só por extinguir-se:

 I - quando não mais puder levar a efeito suas finalidades sociais, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, para isso especialmente convocada, com votação favorável de dois terços, no mínimo, de seus membros; ou

II - por decisão judicial.

- Art. 25 Extinta a Associação, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, seu patrimônio social, compreendendo bens móveis, imóveis e semoventes, respeitadas as doações condicionadas que lhe tiverem sido feitas, será destinado a uma entidade educacional congênere, legalmente constituida e registrada junto aos órgãos públicos competentes, cuja seleção ficará a critério da Assembléia Geral Extraordinária.
- Art. 26. O associado que se demite, ou que for demitido não poderá exigir indenização de qualquer natureza, quer judicial, quer extrajudicialmente, por tempo de dedicação, serviços prestados ou contribuições feitas à Associação.
- Art. 27 Este Estatuto somente poderá ser reformado mediante proposta da Diretoria à Assembléia Geral Extraordinária, quando os interesses da Associação assim o exigirem.

Art. 28. O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, revogadas as disposições em contrário.

José Augusto Nasr

Emiliane Kubo

VISTO

Márcio Antonio de Camargo Barros
Advogado - OAB 70,487/SP